



Energia dos Ventos VII S.A.

Relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Administradores e Acionistas da
Energia dos Ventos VII S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos VII S.A. (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos VII S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações contábeis, as quais indicam que a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes e apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ 64.302 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1, que indica que a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 13.952 mil, devido, principalmente, a provisão para ressarcimento anual e quadrienal no valor de R\$ 13.804 mil, classificadas no circulante. A liquidação desses passivos poderá exigir aportes dos acionistas da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, esses eventos e condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis não incluem nenhum ajuste que possa surgir do resultado dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis de exercícios anteriores

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.2, em decorrência das alterações efetuadas para refletir determinados ajustes e reclassificações, visando ao aperfeiçoamento de determinadas práticas contábeis em relação àquelas demonstrações contábeis anteriormente divulgadas, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e de 01 de janeiro de 2021 (derivadas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020) foram reapresentadas nesta data. Revisamos tais ajustes e reclassificações e não temos quaisquer exceções quanto ao assunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 01 de janeiro de 2021 (derivadas das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020), portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguaração sobre essas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de janeiro de 2022, sem modificação.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

A handwritten signature in black ink, reading "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC RJ 081.409/O-3

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e 01 de janeiro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.384	8.129	19.378
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.672	1.188	1.452
Outros créditos		2	2	2
Impostos a recuperar	7	627	452	218
Despesas antecipadas		249	249	-
		<u>9.934</u>	<u>10.020</u>	<u>21.050</u>
Não circulante				
Depósito judicial	15.1	3.087	-	-
Fundo vinculado	5	6.043	5.940	5.765
Imobilizado	8	113.669	117.780	123.126
Intangível	9	10.428	9.962	6.826
		<u>133.227</u>	<u>133.682</u>	<u>135.717</u>
Total do ativo		<u>143.161</u>	<u>143.702</u>	<u>156.767</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e 01 de janeiro de 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (Reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	10	125	60	3.038
Obrigações sociais e trabalhistas	12	118	106	105
Empréstimos e financiamentos	11	8.237	8.233	5.296
Arrendamento	14	338	124	100
Obrigações tributárias	13	329	247	182
Provisão para ações judiciais	15.1	935	3.740	-
Provisão para ressarcimento	15.2	13.804	10.662	7.707
		<u>23.886</u>	<u>23.172</u>	<u>16.428</u>
Não circulante				
Arrendamento	14	5.577	5.425	2.386
Empréstimos e financiamentos	11	99.921	103.308	105.742
Outras obrigações		12	12	12
Provisão para ações judiciais	15.1	3.087	-	-
		<u>108.597</u>	<u>108.745</u>	<u>108.140</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	16	74.980	74.980	73.522
Prejuízos acumulados		(64.302)	(63.195)	(54.781)
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 b	-	-	13.458
		<u>10.678</u>	<u>11.785</u>	<u>32.199</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>143.161</u>	<u>143.702</u>	<u>156.767</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	16.289	15.501
CUSTO OPERACIONAL	18		
Depreciação / Amortização		(6.247)	(6.181)
Operação e manutenção de usinas		(2.394)	(1.959)
Encargos de uso da rede elétrica		(96)	(136)
		(8.737)	(8.276)
DESPESA OPERACIONAL	19		
Pessoal e administradores		(693)	(624)
Material		(14)	(1)
Serviço de terceiros		(423)	(98)
Depreciação / amortização		(2)	(8)
Tributos		(68)	(43)
Outras receitas / (despesas)		(580)	(179)
Reversão (perda) para redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)		1.598	(1.233)
		(182)	(2.186)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.370	5.039
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	20		
Receitas financeiras		843	722
Despesas financeiras		(9.215)	(14.175)
		(8.372)	(13.453)
RESULTADO ANTES DO IR E CS		(1.002)	(8.414)
Contribuição social	21	(34)	-
Imposto de renda	21	(71)	-
		(105)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.107)	(8.414)
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	22	(0,01)	(0,10)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(1.107)	(8.414)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u>(1.107)</u>	<u>(8.414)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Anteriormente apresentado		73.522	(42.765)	13.458	44.215
Ajuste provisão para ressarcimento	2.2	-	(7.707)	-	(7.707)
Ajuste depreciação	2.2	-	(4.309)	-	(4.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado		73.522	(54.781)	13.458	32.199
Aumento de capital	16	13.458	-	(13.458)	-
Redução de capital	16	(12.000)	-	-	(12.000)
Prejuízo do exercício		-	(8.414)	-	(8.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado		74.980	(63.195)	-	11.785
Prejuízo do exercício		-	(1.107)	-	(1.107)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		74.980	(64.302)	-	10.678

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.107)	(8.414)
Ajustados por:			
Depreciação/Amortização	8 e 9	6.248	6.187
Encargos financeiros, líquidos	11	9.250	13.984
Atualização financeira	5	(548)	(175)
Provisão para ressarcimento – CCEAR		3.142	2.955
Baixa de bens para doação		151	982
Perda (reversão) para redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)		(1.598)	1.233
Resultado ajustado		15.538	16.752
(Aumento) redução nos ativos			
Fundo vinculado	5	445	-
Impostos a recuperar		(175)	(234)
Despesas antecipadas		-	(249)
Consumidores, concessionárias e permissionárias		(483)	264
		(213)	(219)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		65	(2.978)
Obrigações sociais e trabalhistas		12	1
Obrigações tributárias		82	65
Arrendamento		366	(249)
Depósito judicial		(3.087)	-
Outras obrigações		282	3.741
		(2.280)	580
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		13.045	17.113
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições e baixas do ativo imobilizado	8	(477)	(2.833)
Adições do ativo intangível	9	(680)	(48)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.157)	(2.881)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		-	(12.000)
Amortização de empréstimos	11	(12.633)	(13.481)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(12.633)	(25.481)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(745)	(11.249)
Caixa e equivalentes no início do exercício		8.129	19.378
Caixa e equivalentes no final do exercício	4	7.384	8.129
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(745)	(11.249)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)
Receitas		
Receita bruta	18.089	17.424
	18.089	17.424
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros	(2.817)	(2.057)
Materiais	(14)	(1)
Reversão (perda) para redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	1.598	(1.233)
Outras despesas / custos operacionais	(581)	(181)
	(1.814)	(3.472)
Valor adicionado bruto	16.275	13.952
Valor adicionado recebido em transferência		
Depreciação / Amortização	(6.248)	(6.187)
Receitas financeiras	843	722
	10.870	8.487
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	693	624
Governo (Impostos e contribuições)	2.069	2.102
Encargos financeiros	9.215	14.175
Prejuízo do exercício	(1.107)	(8.414)
	10.870	8.487

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Energia dos Ventos VII S.A. (“Companhia” ou “SPE”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Graça Aranha, 26 – 11º Andar, Centro, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria MME nº 458 de 08 de agosto de 2012 a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Jandaia, localizada no Município de Fortim, Estado do Ceará. Composta por 09 unidades geradoras de 3,0 MW cada, totalizando 27 MW de potência total instalada e com 14,10 MW médios de garantia física de energia (P90), referenciada no ponto de conexão, sendo esta revisada pela Portaria Aneel nº 65, de 19 de fevereiro de 2020.

Alteração do Ponto de Conexão do Complexo Eólico Fortim:

Com a recomendação de perda por caducidade do contrato firmado com a empresa CEARENSE II, transmissora que seria a responsável pela construção, operação e manutenção da ICG ARACATI III, ponto de conexão originário do Complexo de FORTIM à Rede Básica, iniciou-se um processo de discussão entre o Regulador e a Companhia, a fim de encontrar-se uma solução para escoamento da energia que seria gerada pelas Empresas. Após diversas reuniões entre os Agentes, restou determinado que o Complexo, ao invés de conectar-se na ICG ARACATI III, que não foi construída, deveria se conectar na Subestação de Russas II de propriedade da CHESF. Para tanto, deveria construir um sistema de Transmissão em 230 KV, com aproximadamente 69 km de extensão, obra que foi remunerada eminentemente por meio de desconto no pagamento de Tarifa do Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa nova configuração foi imposta pelo Despacho ANEEL n.º 1.987, de 26 de julho de 2016 (publicado em 08/08/2016), que determinou ainda, que a data final de entrada em operação comercial de todo o Complexo de FORTIM passaria a ser dia 01 de novembro de 2019, sem prejuízo dos 20 (vinte) anos de suprimento de energia.

Atualmente, a Companhia está em fase operacional. Esta fase iniciou-se após a publicação do Despacho ANEEL nº 1.539/2020, liberando a usina a operar comercialmente a partir de 02/06/2020.

Em face da postergação na entrada em operação da Companhia, houve a necessidade da contratação de energia para a recomposição de lastro, como forma de honrar com os compromissos de entrega de energia assumidos por meio dos CCEARs, sendo que os referidos contratos foram celebrados com Furnas Centrais Elétricas, visando suprir a falta de geração entre 01/11/2019 29/05/2020.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Assim, apesar do atraso na entrada em operação comercial, a Companhia teve direito ao recebimento da receita da energia comercializada no leilão, visto que a Companhia celebrou contratos de recomposição de lastro e entregou a energia às distribuidoras compradoras. O relatório RV012 publicado em 2 de janeiro de 2020 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, informou qual a receita final que foi faturada em janeiro de 2020 referente a competência de novembro de 2019. Já a receita final referente a competência de dezembro de 2019 foi publicada pela CCEE no RV012 em 31/01/2020, para faturamento em fevereiro de 2020. Seguindo essa dinâmica de receita de venda para o período em atraso na entrada em operação, até a efetiva entrada em operação, está resumida na tabela abaixo:

Mês de Competência	Dia da Publicação RV-012	Mês de Faturamento
nov/19	02/jan	Janeiro
dez/19	31/jan	Fevereiro
jan/20	02/mar	Março
fev/20	02/abr	Abril
mar/20	02/mai	Mai
abr/20	02/jun	Junho
mai/20	02/jul	Julho
jun/20	31/jul	Agosto

Em junho/20, a EDV abriu processo nº 3.868 de recontabilização para reconhecimento dos contratos CCEAL celebrados com Furnas para fins de reconhecimento da receita referentes ao mês de março/2020, o qual foi avaliado e deliberado na 1136ª reunião do CAD pela CCEE que o considerou procedente encerrando o processo em julho/2020. Dessa forma, houve o faturamento de complemento de receita operacional, o qual foi publicada em 01/09/2020 no RV-012 de competência do mês de julho/2020.

Até o presente momento, a Administração informa que todas as obrigações contratuais decorrentes da autorização para atuar como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração de Central Geradora Eólica, concedida pelo MME (Ministério de Minas e Energia), foram devidamente cumpridas, não havendo, portanto, qualquer notificação de aplicação de multa por descumprimento da Portaria Autorizativa e cláusulas do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 13.952 (R\$ 13.152 em 31 de dezembro de 2021), devido, principalmente, a provisão para ressarcimento anual e quadrienal no valor de R\$ 13.804, classificadas como curto prazo. A liquidação desses passivos poderá exigir aportes dos acionistas da Companhia.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

1.1 Perda para redução ao valor recuperável (*impairment*) e contrato oneroso

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2020, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment* e contrato oneroso de acordo com os CPC's 01 e 25. O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

A Companhia atualizou as premissas de cálculo utilizadas no Plano de Negócios aprovado em dezembro de 2020, em dezembro de 2022, observando as premissas editadas pelo acionista controlador Furnas Centrais Elétricas S.A. consoante normas e premissas adotadas pelo Grupo Eletrobras.

A taxa de desconto utilizada foi calculada de acordo com a metodologia WACC de custo de capital, adotada pelo acionista controlador e utilizando-se a tributação pelo lucro real.

As principais premissas utilizadas para descontar as projeções de fluxo de caixa e determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 5,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,25% para 2022 e de 3,00% para o longo prazo.

O cálculo é realizado anualmente e, em 31 de dezembro de 2022, resultou em uma reversão de R\$ 1.598 totalizando um saldo de impairment de R\$ 16.521 em 31 de dezembro de 2022.

1.2 Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada pela Diretoria em 16 de fevereiro de 2023.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão elencadas abaixo:

2.1 Bases de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições nas leis das sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), além das disposições normativas da Agência Nacional Energia Elétrica - ANEEL, onde aplicáveis.

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando o custo histórico, como base de valor.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

b. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dessas estimativas.

d. Demonstrações de valor adicionado - DVA

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capital de terceiros e remuneração de capital próprios.

2.2 Reapresentação das demonstrações contábeis na data-base 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021

Os valores relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 01 de janeiro de 2021 (derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020), originalmente apresentados nas demonstrações contábeis aprovadas pela diretoria da Companhia em 24 de janeiro de 2022, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificações de Erro e NBC TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ajustes efetuados estão demonstrados a seguir:

- a) Depreciação do Parque Eólico: A Companhia iniciou suas operações a partir da energização ocorrida no exercício de 2020, porém a respectiva depreciação foi registrada integralmente apenas em 2021 após unitização, afetando dessa forma a competência do registro da despesa de depreciação e a comparabilidade das demonstrações contábeis. A Companhia realizou o respectivo ajuste retrospectivamente, visando uma melhor apresentação das demonstrações contábeis.
- b) Provisão para ressarcimento: A Companhia provisionou em dezembro de 2022, como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada no primeiro ciclo quadrienal do LER 2007/2011 que se encerrou em dezembro de 2022 e apresenta os seus impactos de forma retroativa referente aos reconhecimentos nos períodos de 2020 e de 2021.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

- c) Arrendamento: A Companhia revisitou os cálculos dos arrendamentos firmados e identificou um ajuste necessário devido ao reconhecimento trocado entre o valor das Companhias EDV V e EDV VII no arrendamento de 2021 entre o intangível e passivo de arrendamento.

Impactos nas demonstrações contábeis:

a. Balanço patrimonial:

		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>		<u>01/01/2021</u>
		Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		8.129	-	8.129	19.378	-	19.378
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias		1.188	-	1.188	1.452	-	1.452
Impostos a recuperar		452	-	452	218	-	218
Despesas antecipadas		249	-	249	-	-	-
Outros		2	-	2	2	-	2
		<u>10.020</u>	<u>-</u>	<u>10.020</u>	<u>21.050</u>	<u>-</u>	<u>21.050</u>
Não circulante							
Fundo vinculado	a	5.940	-	5.940	5.765	-	5.765
Imobilizado		117.780	-	117.780	127.435	(4.309)	123.126
Intangível	c	6.554	3.408	9.962	6.826	-	6.826
		<u>130.274</u>	<u>3.408</u>	<u>133.682</u>	<u>140.026</u>	<u>(4.309)</u>	<u>135.717</u>
Total do ativo		<u>140.294</u>	<u>3.408</u>	<u>143.702</u>	<u>161.076</u>	<u>(4.309)</u>	<u>156.767</u>
Passivo							
Circulante							
Fornecedores - diversos		60	-	60	3.038	-	3.038
Obrigações sociais e trabalhistas		106	-	106	105	-	105
Empréstimos e Financiamentos		8.233	-	8.233	5.296	-	5.296
Obrigações tributárias		247	-	247	182	-	182
Arrendamento a pagar		124	-	124	100	-	100
Provisão judiciais		3.740	-	3.740	-	-	-
Provisão para ressarcimento	b	-	10.662	10.662	-	7.707	7.707
		<u>12.510</u>	<u>10.662</u>	<u>23.172</u>	<u>8.721</u>	<u>7.707</u>	<u>16.428</u>
Não circulante							
Arrendamento a pagar	c	2.017	3.408	5.425	2.386	-	2.386
Empréstimos e Financiamentos		103.308	-	103.308	105.742	-	105.742
Outros credores		12	-	12	12	-	12
		<u>105.337</u>	<u>3.408</u>	<u>108.745</u>	<u>108.140</u>	<u>-</u>	<u>108.140</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		74.980	-	74.980	73.522	-	73.522
Prejuízos acumulados		(52.533)	(10.662)	(63.195)	(42.765)	(12.016)	(54.781)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	13.458	-	13.458
Total do patrimônio líquido		<u>22.447</u>	<u>(10.662)</u>	<u>11.785</u>	<u>44.215</u>	<u>(12.016)</u>	<u>32.199</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>140.294</u>	<u>3.408</u>	<u>143.702</u>	<u>161.076</u>	<u>(4.309)</u>	<u>156.767</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

b. Demonstração do resultado:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Receita operacional líquida	b	18.456	(2.955)	15.501
Custo operacional				
O&M e Encargos		(1.959)	-	(1.959)
Encargos de uso da rede elétrica		(136)	-	(136)
Depreciação / amortização	a	(10.490)	4.309	(6.181)
		5.871	1.354	7.225
Despesa operacional		(2.186)	-	(2.186)
Lucro antes do resultado financeiro		3.685	1.354	5.039
Resultado financeiro líquido		(13.453)	-	(13.453)
Contribuição social e Imposto de renda		-	-	-
Prejuízo do exercício		(9.768)	1.354	(8.414)

c. Demonstração dos resultados abrangentes:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Prejuízo do exercício		(9.768)	1.354	(8.414)
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício		(9.768)	1.354	(8.414)

d. Demonstrações dos fluxos de caixa

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício		(9.768)	1.354	(8.414)
Ajustados por:			-	
Depreciação	a	10.496	(4.309)	6.187
Outros	b	16.024	2.955	18.979
Resultado ajustado		16.752	-	16.752
(Aumento) redução nos ativos		(219)	-	(219)
Aumento (redução) nos passivos		580	-	580
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais		17.113	-	17.113
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(2.881)	-	(2.881)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		(25.481)	-	(25.481)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(11.249)	-	(11.249)

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

e. Demonstrações dos valores adicionados

	<u>31/12/2021</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2021</u>
	Anteriormente apresentado		Reapresentado
Receita bruta	b 20.379	(2.955)	17.424
Insumos adquiridos de terceiros	(3.472)	-	(3.472)
Valor adicionado bruto	16.907	-	13.952
Valor adicionado recebido em transferência	(9.774)	4.309	(5.465)
Receitas financeiras	722	-	722
Depreciação / Amortização	a (10.496)	4.309	(6.187)
Valor adicionado total a distribuir	7.133	1.354	8.487
Distribuição do valor adicionado	7.133	1.354	8.487

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis das demonstrações contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de acordo com aquelas que já eram aplicadas pela Companhia, mantendo a uniformidade.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tiver o direito legal de compensar os valores e tiver a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

b. Imobilizado

Itens do imobilizado estão registrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável, e os encargos de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros (capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados), quando aplicável, em conformidade com as normas do MCSE e MSPSE.

As depreciações são computadas pelo método linear e reconhecidas no resultado do exercício, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, e leva em consideração o prazo estimado de vida útil dos bens.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

c. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, e leva em consideração o prazo estimado da concessão. São submetidos ao teste de recuperabilidade (impairment) quando existirem indícios de possível perda de valor.

d. Perda para redução ao provável valor de realização dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

f. Tributação

A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro real. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

g. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

h. Arrendamento

Em vigor desde 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, tem como objetivo fornecer a base para que os usuários das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

O valor do contrato de arrendamento é mensurado e registrado no ativo e no passivo. No ativo é registrado o direito de uso a valor de custo, e no Passivo o valor que tem a pagar trazido a valor presente. O ativo é amortizado pelo prazo de concessão e o passivo pelos pagamentos aos arrendantes.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações financeiras, todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Companhia.

i. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

j. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

(ii) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custo de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custo de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece provisão para ações judiciais, conforme descrito na Nota Explicativa nº 15. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos advogados da Companhia. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

k. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- **Alteração do IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”**: Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros** – A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice statements 2 – Divulgação de políticas contábeis**: alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e erro** – esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro** – Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia mantém em caixa equivalente de caixa as aplicações financeiras que possuem característica de aplicação de curto prazo mantidas no Banco do Brasil com a finalidade de satisfazer compromisso rotineiros e com objetivo de remunerar o saldo diário através de 95% do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira) .

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação financeira	7.384	8.129
Total	<u>7.384</u>	<u>8.129</u>

5 Fundo vinculado

	<u>31/12/2021</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2022</u>
Aplicação financeira	5.940	(445)	548	6.043
Total	5.940	(445)	548	6.043

	<u>31/12/2020</u>	<u>Resgate</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação financeira	5.765	-	175	5.940
Total	5.765	-	175	5.940

Refere-se aos valores transferidos pela Companhia para conta caução, como condição precedente contratual à liberação das tranches do financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, em 31/10/2018 (Nota Explicativa nº 11). Em 2019, foram transferidos para a conta caução de titularidade da SPE no BNB. Em maio de 2022 foi feito um resgate parcial previsto contratualmente no valor de R\$ 445. Os rendimentos da conta caução em 31 de dezembro de 2022, totalizam um saldo de R\$ 548 (R\$ 175 em 31 de dezembro de 2021).

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

O Parque Eólico Jandaia que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII, sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando 11,70MW médios por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação “ICG” onde o empreendimento iria se conectar originalmente, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo de entrada em operação comercial e início de suprimento do CCEAR para 1º de novembro de 2019.

Os custos para a construção do novo sistema de transmissão de uso restrito, está sendo ressarcido através de um desconto na TUST paga pela SPE. Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir de 1º de novembro de 2019, as Companhias passaram a receber a receita operacional referente a energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.672 (R\$ 1.188 em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio de recebimento é de 45 dias, não tendo inadimplência e por esse motivo não houve a necessidade de constituir perdas para créditos de liquidação duvidosa.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

7 Impostos a recuperar

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	406	57
IRPJ e CSLL estimativa	221	395
Total	<u>627</u>	<u>452</u>

8 Imobilizado

As imobilizações referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão 07/2011 – ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados na tabela a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2021</u> (Reapresentado)
Imobilizado em Curso			
A ratear	3.843	3.184	1.364
Imobilizado em Serviço			
Máquinas e equipamentos	110.103	115.930	121.426
Sistema de Transmissão de Conexão			
Máquinas e equipamentos	16.238	16.777	17.212
Móveis e utensílios	6	8	10
(-) Impairment	(16.521)	(18.119)	(16.886)
Total	<u>113.669</u>	<u>117.780</u>	<u>123.126</u>

Movimentações no ativo imobilizado:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Média (%)</u>	<u>31/12/2021</u> <u>Reapresentado</u>	<u>Adições</u>	<u>Impairment</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/12/2022</u>
Imobilizado em Curso								
A ratear		3.184	476	-	(151)	-	334	3.843
Usinas - Imobilizado em Serviço								
Máquinas e equipamentos	3,33 a 6,67	115.930	-	-	-	(5.493)	(334)	110.103
Sistema de Transmissão de Conexão								
Móveis e Utensílios	6,25	8	-	-	-	(2)	-	6
Máquinas e equipamentos	2,50 a 6,67	16.777	-	-	-	(539)	-	16.238
(-) Impairment		(18.119)	-	1.598	-	-	-	(16.521)
Total		<u>117.780</u>	<u>476</u>	<u>1.598</u>	<u>(151)</u>	<u>(6.034)</u>	<u>-</u>	<u>113.669</u>

<u>Descrição</u>	<u>01/01/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Adições</u>	<u>Impairment</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixa</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
Imobilizado em Curso						
A ratear (a)	1.362	2.804	-	-	(982)	3.184
Imobilizado em Serviço						
Máquinas e equipamentos	121.426	-	-	(5.496)	-	115.930
Sistema de Transmissão de Conexão						
Máquinas e Equipamentos	17.212	29	-	(464)	-	16.777
(-) Impairment (b)	(16.886)	-	(1.233)	-	-	(18.119)
	<u>123.126</u>	<u>2.833</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(5.964)</u>	<u>(982)</u>	<u>117.780</u>

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Descrição	31/12/2019	Adições	Impairment	Depreciação	Reclassificação Unificação	01/01/2021 (Reapresentado)
Imobilizado em Curso						
A ratear (a)	119.245	24.826	-	-	(142.709)	1.362
Imobilizado em Serviço						
Móveis e utensílios	23	11	-	(2)	(30)	2
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(3.664)	125.090	121.426
Sistema de Transmissão de Conexão						
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	(427)	17.639	17.212
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	10	10
(-) Impairment (b)	-	-	(16.886)	-	-	(16.886)
	119.268	24.837	(16.886)	(4.093)	-	123.126

(*) Os mapas de movimentações de 31/12/2021 e 31/12/2020 foram reapresentados em função do descrito na Nota Explicativa nº 2.2.

Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. As principais premissas e informações referentes aos testes de *impairment* estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

9 Intangível

a. Composição dos saldos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021 (Reapresentado)	01/01/2021 (Reapresentado)
Em serviço			
Direito de uso – Arrendamento (b)	6.436	3.094	2.607
Servidões	1.017	1.017	1.005
Cessão de direitos (a)	2.975	5.851	3.214
Total	10.428	9.962	6.826

b. Movimentações dos saldos:

Descrição	31/12/2021 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2022
Em Serviço					
Direito de uso - Arrendamento	5.851	680	-	(95)	6.436
Servidões	1.017	-	-	-	1.017
Cessão de direitos	3.094	-	-	(119)	2.975
Total	9.962	680	-	(214)	10.428

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

	Saldos em				Saldos em	
	01/01/2021 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Reclassificações	Amortização	31/12/2021 (Reapresentado)
Em curso						
Direito de uso - Arrendamento	2.607	-	-	(2.607)	-	-
Servidões	1.005	19	-	(1.024)	-	-
Em andamento - Cessão de direitos	3.214	-	-	(3.214)	-	-
Em serviço						
Direito de uso - Arrendamento	-	-	(67)	3.264	(103)	3.094
Servidões	-	-	-	1.017	-	1.017
Em andamento - Cessão de direitos	-	-	-	5.971	(120)	5.851
Total	6.826	19	(67)	3.407	(223)	9.962

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2019	Reclassificações	Amortização	01/01/2021 (Reapresentado)
Em curso				
Direito de uso - Arrendamento	2.704	-	(97)	2.607
Servidões	1.347	(342)	-	1.005
Em andamento - Cessão de direitos	3.333	-	(119)	3.214
Total	7.384	(342)	(216)	6.826

- (a) Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Projeto Eólico Energia dos Ventos VII, adquirido de Central Eólica Jandaia I Ltda., conforme 2º Termo Aditivo de 04 de julho de 2014. Os saldos classificados no intangível em curso após o término da obra, através da unitização, foram reclassificados para as rubricas devidas e apropriados por itens do intangível, com o consequente reconhecimento da amortização dos mesmos, calculada desde o momento da energização.
- (b) Em atendimento ao CPC 06, a Companhia realizou estudo para enquadramento à nova regra do arrendamento e vem reconhecendo desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no passivo em contrapartida do ativo intangível - Direito de uso.
- (c) Os mapas de movimentações de 31/12/2021 e 31/12/2020 foram reapresentados em função do descrito na Nota Explicativa nº 2.2.
- (d) Refere-se ao ajuste do direito de uso em contrapartida do arrendamento a pagar, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 2.2.

10 Fornecedores

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Furnas Centrais Elétricas S.A.	55	-
STK Sistemas do Brasil	23	23
Bradesco Saúde	13	-
Sebastião José da Silva	3	3
Cost Planejamento	-	4
IDBBA Assessoria	28	28
Outros	3	2
Total	125	60

11 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos é apresentada como segue:

Empréstimo	CTR nº	Parcela	31/12/2022	31/12/2021
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	nº 187.2018.536.4958	Circulante	8.237	8.233
		Não circulante	99.921	103.308
		Total	108.158	111.541

O saldo do endividamento do principal e encargos do circulante e não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Descritivo	31/12/2022	31/12/2021
	Moeda nacional	
2023	8.237	3.387
2024	3.727	3.727
2025	4.094	4.094
2026	4.487	4.487
Após 2026	87.613	95.846
Total	108.158	111.541

Em 31 de outubro de 2018, foi assinado o contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2018.536.4958 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no valor de R\$105.742 de principal a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

Sobre a dívida incide a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC) apurada mensalmente, pro rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês incidente sobre o saldo devedor conforme cláusula nona dos contratos.

Os encargos financeiros equivalem à taxa efetiva de 2,74% a.a. além do Fator de Atualização Monetária – FAM, composto pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O garantidor das operações de empréstimos é FURNAS, além dos valores transferidos pela Companhia para conta Reserva de liquidez (Fundo vinculado – Nota Explicativa nº5) de titularidade da SPE no BNB.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

O pagamento dos encargos se dá da seguinte maneira: trimestral, durante o período de carência fixado em 36 meses, e mensal, durante o período de amortização juntamente com as prestações vincendas de principal, conforme parágrafo primeiro da cláusula nona do contrato.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Banco	Contrato	Circulante				Não circulante			Saldo do empréstimo em 31/12/2022	
		Saldo em 31/12/2021	Transferência	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Transferência p/ Circulante		Saldo em 31/12/2022
BNB	nº 187.2018.536.4958	8.233	3.387	9.250	(12.633)	8.237	103.308	(3.387)	99.921	108.158
		8.233	3.387	9.250	(12.633)	8.237	103.308	(3.387)	99.921	108.158

Banco	Contrato	Circulante				Não circulante			Saldo do empréstimo em 31/12/2021	
		Saldo em 31/12/2020	Transferência	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Transferência p/ Circulante		Saldo em 31/12/2021
BNB	nº 187.2018.536.4958	5.296	2.434	13.984	(13.481)	8.233	105.742	(2.434)	103.308	111.541
		5.296	2.434	13.984	(13.481)	8.233	105.742	(2.434)	103.308	111.541

12 Obrigações sociais e trabalhistas

A composição de saldos de obrigações sociais a recolher é apresentada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
INSS a recolher	38	26
IRRF empregados a recolher	-	9
Férias e encargos	80	71
Total	<u>118</u>	<u>106</u>

13 Obrigações tributárias

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Impostos federais retidos de fornecedores	41	21
Pis e Cofins a recolher	162	175
IRPJ a recolher	126	51
Total	<u>329</u>	<u>247</u>

14 Arrendamentos

Em atendimento ao CPC 06 (R2), a Companhia realizou estudo para enquadramento a nova regra do arrendamento e tem reconhecido desde dezembro de 2019, a contabilização da dívida no Passivo em contrapartida ao Intangível - Direito de Uso.

Os saldos classificados no passivo circulante e não circulante, sob o título de arrendamentos a pagar, referem-se a valores até o final do contrato de um instrumento que assegura o “Direito de Usar ou Dispor do local a ser destinado à implantação do empreendimento”, e é um dos requisitos de habilitação de Projetos Eólicos na Empresa de Pesquisa Energética – EPE para participação dos Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em geral, se estabelece nesses contratos um prazo de vigência aderente ao período de prospecção, projeto, implantação e operação do empreendimento, perfazendo uma faixa de aproximadamente 30 anos.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de arrendamentos a pagar era de R\$ 5.915 (R\$ 5.549 em 31 de dezembro de 2021). A diferença entre o intangível e o passivo de arrendamentos a pagar se dá pelo fato de no intangível a movimentação ocorrer pela amortização enquanto no passivo a movimentação é realizada pelos pagamentos aos arrendatários.

	31/12/2022		
		Não	
	Circulante	Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	338	5.577	5.915

	31/12/2021 (Reapresentado)		
		Não	
	Circulante	Circulante	Total
Arrendamentos a pagar	124	5.425	5.549

15 Provisões

15.1 Provisões para ações judiciais e depósitos judiciais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Processos cíveis (a)	3.087	2.805
Processos cíveis (b)	935	935
	<u>4.022</u>	<u>3.740</u>
Parcela circulante	935	3.740
Parcela não circulante	3.087	-
Total	<u>4.022</u>	<u>3.740</u>

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos judiciais (a)	3.087	-
	<u>3.087</u>	<u>-</u>

- a) Processo 0189904-02.2021.8.19.0001 – Trata-se de ação ajuizada pela empresa Pellon Advogados perante as Sociedades pertencentes ao Complexo Eólico Fortim, através da qual a autora busca o valor total de R\$ 11.782, montante consolidado, sob a alegação de honorários de sucumbência derivados da ação judicial contra a CHUBB referente ao contrato de fornecimento dos aerogeradores. Do valor total pretendido pela autora, o montante de R\$ 2.805 corresponde a parcela que compete à Energia dos Ventos VII S.A. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de perda é classificada como provável.

O montante foi atualizado para R\$ 3.087 e para a continuação da discussão do mérito foi realizado o depósito judicial em março de 2022.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

- b) Refere-se à parcela incontroversa dos pleitos apresentados pela empresa STK, contratada para execução da Linha de Transmissão e Rede de Média Tensão (CT.EDV.ENG.009.2018 e CT.EDV.ENG.016.2018), e reconhecida pelas sociedades contratantes do Complexo de FORTIM, após emissão de Relatório Técnico nº 007-2020, Relatório Técnico nº 011-2020 (Pleitos da SE/LT/Bay) e Relatório Técnico nº 015-2020 (Consolidação dos Pleitos da RMT), pela Engenharia do Proprietário. Ressalta-se que os valores possuem previsão de pagamento na rubrica de contingenciamento do plano de negócios. Cumpre esclarecer, ainda, que a contratada STK, buscando o reconhecimento da totalidade dos pleitos que apresentou à contratante, entendeu por ingressar com procedimento arbitral, incluindo na discussão, também, a parcela incontroversa admitida pela contratante, além da contestação às penalidades contratuais que lhe foram aplicadas. Pela avaliação do departamento jurídico da Companhia a probabilidade de perda é classificada como provável, e o seu saldo atualizado de R\$ 935 em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possui ações judiciais com prognóstico de perda possível a serem divulgadas.

15.2 Provisão para ressarcimento

A Companhia possui contrato de venda de energia com a CCAR que operam contratos do Leilão ANEEL Nº 007/2011 nos termos da sua Resolução RES-1138/2011, datada de 08 de dezembro de 2011, que estabelecem que sejam apuradas ao em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente.

O primeiro ciclo do LER 2007/2011 se encerrou em dezembro de 2022 e está apresentado conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>01/01/2021</u>
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Saldo no início do exercício	10.662	7.707	-
Insuficiência de Fornecimento - Quadriênio - 2019 a 2022 (a)	-	2.766	1.770
Insuficiência de Fornecimento - Anual (b)	3.142	1.673	5.937
Pagamento (c)	-	(1.484)	-
Saldo no final do exercício	13.804	10.662	7.707

(a) Parcela negativa carregada para os anos seguintes, limitadas em até 10% do fornecimento contratado – CCEAR.

(b) Ressarcimento - Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado, que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano.

(c) Os pagamentos foram suspensos pela ANEEL para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Até o momento a CCEE definiu um cronograma de ressarcimento, porém ainda não definiu os valores a serem ressarcidos.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

Insuficiência de Fornecimento - Quadriênio - 2019 a 2022

Parcela negativa carregada para os anos seguintes,
limitadas em até 10% do fornecimento contratado - CCEAR

Competência 2020	(1.770)
Competência 2021	(2.766)
Subtotal	(4.536)

Insuficiência de Fornecimento - Anual

Ressarcimento - Insuficiência que supera os 10% do fornecimento contratado,
que deve ser descontado pela CCEE nos faturamentos mensais do ano.

Competência 2020	(5.937)
Competência 2021	(1.673)
Competência 2022	(3.142)
Subtotal	(10.752)
Pagamento	1.484
Total	(13.804)

Adicionalmente, a Companhia estima possuir a título de ressarcimento do “*Constrained Off*” do exercício de 2020 o montante de R\$ 4.957, conforme demonstrado a seguir:

“Constrained Off” 2020	
Quadriênio	504
Anual	5.937
Reversão do pagamento Ressarcimento 2021	(1.484)
Total	4.957

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

O ano de 2020 foi marcado por muitas restrições de geração impostas pelo ONS, que afetaram sobremaneira a não geração contínua e ininterrupta dos parques eólicos do Complexo Eólico Fortim. Com base nos cálculos realizados com observância da regulamentação do assunto, é possível concluir que os montantes devidos (energia não entregue) e a receber (ressarcimento pelo ONS decorrente das restrições que deu causa) são muito próximos, indicando que não haverá a necessidade de pagamento de ressarcimento relativo ao exercício de 2020.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas. Até o momento a CCEE definiu um cronograma de ressarcimento, porém ainda não definiu os valores a serem ressarcidos.

16 Patrimônio líquido

Em 02 de abril de 2019, o Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia, com base no art.41 do Anexo I do Decreto nº9.035, de 20 de abril de 2017, após exame da documentação relativa à proposta de aumento de capital da subsidiária Energia dos Ventos VII, cujo pedido foi feito por meio da Carta CE.DA.BVE.016.2019, de 22 de fevereiro de 2019, se manifestou nos termos da Nota Técnica nº4584/2019- MP não encontrando óbices para integralizar parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC, existentes à época.

A AGE de integralização de parte dos Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital – AFAC no valor de R\$ 20.919, de 06 de junho de 2019, não foi encaminhada para reconhecimento na contabilidade na referida data. Foi identificado o erro e registrado em 01 de setembro de 2021, e apresentado como reclassificado no comparativo em 31 de dezembro de 2020.

Em 17 de setembro de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária - AGE com registro na Junta em 18/10/2021, foi aprovada a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital AFAC da Companhia mediante a emissão de 13.458.164 ações nominais com valor de R\$ 13.458. Posteriormente, na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 18 de outubro de 2021, foi aprovado a redução do capital social no montante de R\$ 12.000 sem que tal redução afete a quantidade de ações emitidas anteriormente, passando o capital social para R\$ 74.980 e 86.980.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Brasil Ventos Energia S.A.	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%
	86.980.000	74.980	100,00%	86.980.000	74.980	100,00%

a. Cessão não onerosa de ações

Em 30/12/2017, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos referente à participação societária de Furnas (99,99%) na Energia dos Ventos VII S.A.

A transferência nos livros societários só ocorreu após o recebimento de correspondência da ANEEL, em 23/01/2018, dispensando a anuência requerida para a mencionada cessão.

O registro da transferência ocorreu em 28/02/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base novembro/2017.

Em 13/07/2018, foi assinado o contrato de cessão não onerosa das ações da Central Eólica Jandaia para a Brasil Ventos referente à participação societária de (0,01%) na Energia dos Ventos VII S.A.

O registro da transferência ocorreu em 13/07/2018, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base junho/2018.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

17 Receita operacional líquida

		31/12/2022			
	Venda de energia (a)	Ressarcimento (b)	Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos	Total da receita líquida
Energia dos Ventos VII S.A.	21.231	(3.142)	18.089	(1.800)	16.289
	21.231	(3.142)	18.089	(1.800)	16.289

		31/12/2021 (Reapresentado)			
	Venda de energia (a)	Ressarcimento (b)	Total da receita bruta	(-) Tributos e encargos	Total da receita líquida
Energia dos Ventos VII S.A.	20.379	(2.955)	17.424	(1.923)	15.501
	20.379	(2.955)	17.424	(1.923)	15.501

- (a) Venda de energia - O Parque Eólico Jandaia que compõe o Complexo Eólico Fortim de propriedade da Energia dos Ventos VII S.A.- EDV VII, sagrou-se vencedor no 13º Leilão de Energia Nova comercializando 11,70MW médios por um período de 20 anos no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, com início de suprimento em janeiro de 2016. No entanto, devido à perda por caducidade do contrato firmado com a empresa transmissora que construiria a subestação “ICG” onde o empreendimento iria se conectar, a solução dada pela ANEEL foi a substituição do ponto de conexão, passando a ser na Subestação Russas II. Para possibilitar o empreendedor construir esse Sistema de Transmissão até o novo ponto, foi publicada o Despacho ANEEL 1.987 de 26 de julho de 2016, dando um novo prazo para entrada em operação comercial para o parque eólico, passando a ser 01/11/2019 a nova data de início de suprimento do CCEAR.

Conforme explicado no Contexto Operacional, a partir da data firmada para entrada em operação comercial, a Companhia adquiriu o direito de receber a receita operacional referente a energia comercializada no referido leilão, das 25 distribuidoras que compraram esta energia.

- (b) Ressarcimentos CCAR - A Companhia provisionou como redutora de sua receita bruta, os ressarcimentos calculados sobre a energia contratual não gerada anualmente e no primeiro ciclo quadrienal do LER 2007/2011 que se encerrou em dezembro de 2022 (vide Nota Explicativa nº 15.2)

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

18 Custo operacional

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depreciação e amortização	(6.247)	(6.181)
Encargos de uso da rede elétrica (a)	(96)	(136)
Operação e manutenção de usinas (b)	<u>(2.394)</u>	<u>(1.959)</u>
Total	<u>(8.737)</u>	<u>(8.276)</u>

- (a) Encargos de uso da rede elétrica - Em 31 de julho de 2019, foi assinado o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST nº063/2019 entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – NOS e as Concessionárias de Transmissão e Energia dos Ventos VII – EDV VII denominada EOL Jandaia, cujo Seu objeto é o uso da Rede Básica pelas Usuárias, incluindo a Prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão às Usuárias, mediante controle e supervisão do ONS e a Prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletro energéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos Serviços de Transmissão prestados pelas Concessionárias de Transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos Procedimentos de Rede, na legislação e na regulação vigente. O contrato também prevê a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos nestes Contratos e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das Concessionárias de Transmissão. Conforme tabela Montantes de Uso do Sistema de Transmissão – MUST do contrato, a cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST iniciou em 01/08/2019.
- (b) Despesas de Operação e Manutenção de Usinas “O&M”, gastos com Operação e Manutenção dos contratos de Aerogeradores abrangendo a Subestação e linha de transmissão totalizando um valor de R\$ 2.394 (R\$ 1.959 em 31 de dezembro de 2021).

19 Despesas operacionais

As despesas operacionais referem-se à gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal e Conselheiros (a)	(693)	(624)
Materiais	(14)	(1)
Serviços de terceiros (b)	(423)	(98)
Tributos	(68)	(43)
Outras despesas	(580)	(179)
Depreciação	(2)	(8)
Reversão (provisão) para <i>Impairment</i> – Nota 8	<u>1.598</u>	<u>(1.233)</u>
Total	<u>(182)</u>	<u>(2.186)</u>

a) Remuneração dos Administradores, Empregados e Conselho Fiscal

A Administração da Companhia é formada pela Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa-Financeira.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

O Conselho de Administração foi destituído na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2018, conforme autorização dada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, em conformidade com o previsto no art. 31 do Decreto 8.945 de 27 de dezembro de 2016, passando a Diretoria a ser o único órgão da administração, visando a racionalização de recursos com as estruturas societárias do empreendimento.

O Conselho Fiscal é formado por 03 membros titulares e respectivos suplentes, sendo dois membros titulares e respectivos suplentes indicados pela Controladora, com renúncia de remuneração pelo desempenho de suas funções em razão da gestão compartilhada com a Controladora, e um membro titular e respectivo suplente indicados pelo Tesouro Nacional.

	<u>Diretoria Executiva</u>	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	2	-	3
Número de membros remunerados	-	-	1
Valor da maior remuneração individual (R\$)	-	-	1
Valor da menor remuneração individual (R\$)	-	-	1
Valor médio de remuneração individual (R\$)	-	-	1

Os Diretores assinaram Declaração de Renúncia de Remuneração pelo desempenho de suas atividades em face do compartilhamento de mandato com sua Controladora.

Em atendimento ao CPC 05 apresentamos, a seguir, o gasto total com a remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(688)	(619)
Remuneração	(385)	(358)
Encargos	(135)	(121)
Outros benefícios	(168)	(140)
Conselheiros	(5)	(5)
Honorários	(4)	(5)
Encargos	(1)	-
Total	<u>(693)</u>	<u>(624)</u>

Referente ao demais colaboradores informamos que a Companhia possui um empregado sendo, a maior, a menor e a média das remunerações, tomando-se por base o mês de dezembro de 2022, R\$44. Esses valores incluem os salários e adicionais.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

b) Serviços de terceiros

A variação decorreu do aumento de despesa com serviços de terceiros em relação ao ano anterior conforme demonstrado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Telefone e Internet	(10)	(7)
Transporte/Moto-Boy	(1)	-
Operação e Manutenção	(1)	-
Despesas com Cartório	(49)	-
Consultoria de Engenharia	(2)	-
Assessoria Jurídica	(41)	-
Despesa de Viagem	(9)	(7)
Serviço de Auditoria	(12)	(10)
Publicações Legais	(30)	(35)
Despesas Legais e Judiciais	(29)	(39)
Compartilhamento (*)	(239)	-
Total	<u>(423)</u>	<u>(98)</u>

(*) **Contrato de Compartilhamento** - Em 10 de maio de 2022, foi assinado o Instrumento de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e Recursos Humanos entre Furnas Centrais Elétricas S.A., Brasil Ventos S.A., e suas subsidiárias, Energia dos Ventos V S.A., Energia dos Ventos VI S.A., Energia dos Ventos VII S.A., Energia dos Ventos VIII S.A. e Energia dos Ventos IX S.A., com fulcro na Resolução Normativa nº 699 de 26/01/2016, contrato nº40009710 de Compartilhamento de Infraestrutura Administrativa e Recursos Humanos, com o valor mensal já atualizado de R\$125, a serem rateados entre as empresas do grupo.

20 Resultado financeiro

O resultado financeiro é impactado principalmente pelos encargos financeiros sobre os empréstimos (Nota Explicativa nº 11), conforme demonstrado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas Financeiras	843	722
Receita de aplicação financeira	887	758
Cofins sobre a receita financeira	(38)	(31)
PIS sobre a receita financeira	(6)	(5)
Despesas Financeiras	(9.215)	(14.175)
Encargos s/ Empréstimos BNB	(9.250)	(13.985)
Atualização monetária	-	(172)
IOF	48	(3)
Tarifas bancárias	(13)	(15)
Total	<u>(8.372)</u>	<u>(13.453)</u>

21 IRPJ e CSLL correntes e diferidos

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(1.102)	(8.414)
(-) Exclusão - <i>Impairment</i>	1.598	1.233
(-) Compensação prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(163)	-
(=) Base de cálculo	<u>333</u>	<u>(7.181)</u>
Contribuição social – 9%	34	-
Imposto de renda – 25%	71	-
Alíquota efetiva	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e diferenças temporárias, pois a Administração entende que as projeções de resultado não apresentam base tributável para realização dos respectivos impostos diferidos.

22 Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído, conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 está demonstrado conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u> <u>(Reapresentado)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.107)	(8.414)
Número de ações	<u>86.980</u>	<u>86.980</u>
Resultado por ação (básico e diluído) - Em Reais	<u>(0,01)</u>	<u>(0,10)</u>

23 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de créditos por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não possuía qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e índices de mercado, de liquidez e regulatório. As políticas de risco foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites.

As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. Considerando-se que a Companhia se encontra em fase pré-operacional, os principais fatores de risco que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(i) Risco de taxa de juros e índices de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de liquidez

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

(iii) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da concessão. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

24 Estrutura de Gerenciamento de riscos

a) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinado principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

b) Gestão de Risco

No período de suas atividades, construção, operação e manutenção do Parque Eólico Fortim, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Parque Eólico.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

c) Gestão de Risco Setorial (*Constrained-off* de usinas eólicas)

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados.

No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE apresentou o cronograma de ressarcimento, porém ainda não divulgou os valores a serem ressarcidos.

25 Cobertura de seguros

O processo Licitatório LC.EDV.T.004.2021, cujo objeto é a prestação de serviços de seguros relativo a Riscos Operacionais (lote 1) e Responsabilidade Civil Geral (lote 2) para o Complexo Eólico Fortim, no qual se inclui a Energia dos Vento VII S.A., foi concluído, tendo sido contratada a Fator Seguradora S/A., com vigência de 29/07/2022 a 29/07/2023. O seguro tem como segurado a Brasil Ventos Energia e como cossegurados as 5 empresas e filiais que compõe o referido complexo.

Descrição da garantia	
Seguradora:	FATOR SEGURADORA S.A.
Apólice:	nº 1009600000406
Tipo:	Risco Operacionais
Valor segurado:	R\$ 666.373.918,67
Valor do prêmio:	R\$ 1.678.564,13
Período da vigência:	29/07/2022 a 29/07/2023

Descrição da garantia	
Seguradora:	FATOR SEGURADORA S.A.
Apólice:	nº 1005100000928
Tipo:	Responsabilidade Civil Geral
Valor segurado:	R\$ 15.000.000,00
Valor do prêmio:	R\$ 30.800,00
Período da vigência:	29/07/2022 a 29/07/2023

Não faz parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia e suas controladas.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram realizadas as seguintes transações que não envolveu o caixa e equivalente de caixa:

- Encargos de empréstimos;
- Provisão e reversão de *Impairment*.

27 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- Em março de 2022, foi assinado contrato com a empresa Dewi do Brasil, Engenharia e Comércio de Energia Eólica e Solar Ltda, para realização dos testes de curvas de potência dos aerogeradores NSF 01 e JAI 01, pertencentes aos parques eólicos Nossa Senhora de Fátima e Jandaia I, do Complexo Eólico Fortim.

ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

- b) Em abril de 2022, foi assinado contrato com a empresa Internet Sat Serviços de Telecomunicações, para fornecimento e instalação do link de Satélite, para transmissão de voz e dados no Complexo Eólico Fortim.

Pedro Eduardo Fernandes Brito
Diretor Administrativo - Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico

MARIA INES
DRESSLER:5370
1798087

Assinado de forma digital
por MARIA INES
DRESSLER:53701798087
Dados: 2023.03.03
15:28:19 -03'00'

 Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC